

EPISTEMOLOGIAS DA HISTORIOGRAFIA DAS CULTURAS E DAS NARRATIVAS: METODOLOGIAS PARA O ESTUDO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

Data de aceite: 02/10/2023

Gessica de Brito Bueno

Mestranda em História, cultura e narrativa (UEM) e Bolsista Capes- (UEM).
Maringá-PR
<http://lattes.cnpq.br/6348036602304108>

Daniele Faenello

Doutoranda em História, cultura e narrativa (UEM), mestre em História Política pela (UEM) em 2018 e professora efetiva na rede municipal de ensino de Francisco Beltrão, Paraná.
Maringá, PR
<http://lattes.cnpq.br/8297627707127313>

Isamara Samira Ibrahim Felix

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento na linha Educação e Conhecimento na Universidade Unicesumar.
Maringá-PR
<http://lattes.cnpq.br/7763577917966084>

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir teorias e metodologias da instituição epistemológica da historiografia das culturas e das narrativas, visando elucidar esse debate por meio da relação de múltiplos referenciais teóricos, como também apresentar metodologias para

o estudo de História da África. O estudo baseou-se numa estratégia qualitativa, pelo uso de metodologia descritiva e explicativa, fazendo um levantamento bibliográfico e interpretação dos textos em dois blocos de discussão. No primeiro bloco, são pensadas estratégias da ação historiográfica tradicional francesa, no segundo, são evidenciadas algumas metodologias para o estudo de História da África, dentro de uma abordagem pós-colonial. O ensaio conclui que a cronologia da História Africana não corresponde a produzida na porção norte-europeia, devendo ser problematizada essa comparação. Ao analisar as fontes documentais, espaço geográfico, dinâmicas e interações internas africanas percebemos o legado fundamental deixado por esses povos.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologias, Narrativa, História da África.

ABSTRACT: This assignment has as its goal to discuss theories and methods of the epistemological institution of historiography of cultures and narratives, aiming to elucidate this debate through the relation of multiple theoretical references as well as to present methodologies to the study of History of Africa. The study was based on a qualitative

strategy by the use of descriptive and explanatory methodology, doing a bibliographic survey and interpretation of the texts in two blocks of discussion. In the first block, strategies of French traditional historiography action are thought about, while in the second block, some methodologies to the study of History of Africa are evidenced, from a postcolonial approach. The essay concludes African History chronology doesn't correspond to the one produced in the North American portion and this comparison must be problematized. By analyzing the documental sources, geographic space, dynamics and African inside interactions we perceive the fundamental legacy left by these peoples.

KEYWORDS: Epistemology, Narrative, History of Africa.

INTRODUÇÃO

Com a proposição de se analisar as teorias e metodologias da instituição epistemológica da historiografia das culturas e das narrativas, a presente explanação visa elucidar esse debate por meio da relação de múltiplos referenciais teóricos que permitam dar luz ao trajeto atravessado por esse campo até chegar em suas condições atuais. Para propor o sentido hermenêutico dessa categoria de estudo, diferentes campos das ciências humanas foram usados, com noções formadas em tempos diferentes, portanto surgidas em meio à diferentes paradigmas.

Em relação à organização, esse ensaio buscou apresentar dois blocos de discussão. Primeiro, apresentamos as clássicas teorias e metodologias da instituição epistemológica no campo da historiografia e, no segundo bloco, discutimos problemáticas à volta da aplicação dessas metodologias para o ensino de História da África, trazendo autores que apresentam uma historiografia para além da europeia, ou seja, de forma descentralizada, com estratégias que visam uma abordagem pós-colonial.

No processo de análise de teorias e metodologias da epistemologia histórica, utilizou-se metodologia descritiva e explicativa, isto é, em um primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico empregando abordagem explicativa para apresentar o fazer historiográfico e estratégias utilizadas pelos tradicionais autores da historiografia europeia e, no segundo momento, buscamos trazer autores como o historiador Otávio Luiz Vieira Pinto e o historiador e político Joseph Ki-Zerbo que apresentam uma riqueza de materiais acerca da História da África, que nos leva a pensar em possibilidades do uso desse conhecimento no estudo de História da África.

O primeiro objetivo dessa pesquisa foi tentar centrar a reflexão sobre a História na temporalidade, situar a ciência histórica, apresentar as teorias e metodologias utilizadas na Europa Ocidental, buscando não a reduzir somente à visão europeia (Le Goff, 1924). De acordo com o ativista e pesquisador Franz Fanon “a descolonização se propõe mudar a ordem do mundo” (1979, p. 26). A ordem do mundo da qual se refere é aquela imposta pelos países europeus à outras civilizações, subordinando suas narrativas e manifestações culturais ao discurso eurocêntrico, uma forma violenta da historiografia ocidental retirar a

humanidade dos colonizados (Fanon, 1979).

Uma história, de um jeito ou de outro, é uma narração, com base em uma certa realidade ou puramente na imaginação. Ademais, falar em historicidade nos permite refutar não somente no plano histórico, mas no concreto, a noção de uma sociedade sem história. Se uma civilização não tem história de seu povo, por não ser contada ou escrita uma narrativa equívoca, é como se ela não existisse, não em sua versão real (Lefort, 1952). Suas histórias, das culturas do continente africano, merecem e devem ser colocadas na perspectiva histórica e foi esse nosso segundo objetivo no decorrer do segundo bloco.

De acordo com o pensamento do sociólogo alemão Norbert Elias, os departamentos acadêmicos são como um microcosmo das características dos Estados soberanos, na medida em que há tentativas desses detentores de poder em estabelecer monopólios e excluir os outsiders (Elias, 1982). As teorias elaboradas por esses monopolizadores do discurso, portanto, contribuíram e ainda contribuem para uma história geral e deturpada acerca dos povos africanos, embora não se negue a contribuição eminente dos pesquisadores ocidentais para a historiografia, a rigor, não se deve ignorar que a concepção que os povos africanos têm de sua própria história escapou à visão histórica europeia ocidental (Ki-Zerbo, 2010).

HISTORIOGRAFIA DAS CULTURAS E DAS NARRATIVAS: O FAZER HISTORIOGRÁFICO E SEUS OBJETOS DE ESTUDO

Como proposto inicialmente esse trabalho não é uma recusa aos historiadores ocidentais, mas sim uma recusa à crença na superioridade cultural do Ocidente como sendo um ápice do desenvolvimento histórico, já que pesquisas recentes têm evidenciado a criação de inúmeras narrativas estereotipadas acerca do continente e culturas africanas (Curtin, 2010, In: Ki-Zerbo, 2010). Muitos historiadores hoje apresentam em suas publicações a riqueza de simbologias e culturas existentes no continente africano e as possibilidades de se trabalhar com a História da África em sala de aula, em um processo contínuo de recuperação de uma narrativa não ocidental. Esse interesse que está se manifestando cada vez mais, em uma tentativa de problematizar a insistência da tradição europeia de se apropriar da história (Ki-Zerbo, 2010).

A historiografia ocidental pode e deve ser utilizada e analisada, como será feito adiante, mas tomando os devidos cuidados com as narrativas a respeito das populações encontradas além-mar pelos europeus, enxergando nelas a potencialidade que tinham e ainda tem sobre o fazer historiográfico. É a partir dessa perspectiva que propomos esse trabalho. Destarte, antes de entrar no mérito das estratégias utilizadas pelos profissionais da historiografia das culturas, cabe entender os processos comuns aos historiadores, como as questões do fazer historiográfico proposto pelo filósofo francês Paul Ricoeur na obra “A memória, a história, o esquecimento” (2007).

O fazer historiográfico se constitui em três procedimentos determinados por Ricoeur (2007), a primeira etapa é denominada testemunho do arquivo, o que se pode traduzir em consolidação da documentação (Ricoeur, 2007). Esse processo corrobora a primeira regra metodológica da produção de uma ciência em ação, metodologia essa proposta pelo sociólogo Bruno Latour em seu livro “Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora (2000)”. A primeira regra desse trabalho determina que os trabalhos científicos, independente do campo, comecem por meio da enunciação de um problema, esse impasse é proposto pela comunidade científica e será explorado por métodos e teorias desse campo (Latour, 2000).

Latour (2000) entende que enunciado o problema, é preciso entrar em contato com a caixa-preta, que, segundo ele, é todo e qualquer tipo de produto gerado por processos sociais no tempo. Portanto, a caixa-preta do historiador são as fontes e evidências submetidas à cronologia histórica, como propõe o historiador italiano Carlo Ginzburg em “Mitos, emblemas, sinais” (1989). A análise vai ao encontro da primeira etapa proposta por Ricoeur (2007), de propor a documentação de acordo com limites estipulados por tempo e espaço, ou seja, a ideia de recorte construída pelo historiador francês Roger Chartier em “À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes” (2002).

A segunda etapa do fazer historiográfico segundo Ricoeur (2007), é de determinar os porquês de algo. Isso se dá a partir do recorte estabelecido, ou, como Latour (2000) entende, importa perceber os percursos do processo estudado, sem que se julgue as epistemologias que determinaram sua existência. Ginzburg (1989), da mesma forma, afirma que todo indício importa na composição desse cenário, pois por meio de sua semiologia indiciária os pequenos detalhes podem trazer conotações pouco percebidas do objeto de estudo (Ginzburg, 1989).

A última etapa proposta por Ricoeur (2007) é a composição da escrita. O historiador trabalha com processos sociais condicionados ao tempo, sendo esse o mesmo objeto definido por Chartier (2002). O produto que o historiador gera a partir de seu objeto é uma narrativa similar à da literatura, pois Ricoeur (2007), utilizando os estudos do historiador francês Michel de Certeau, entende que nesse produto há personagens, tempo indicado e plano de fundo localizado (Chartier, 2002; Ricoeur, 2007).

O que possibilita a historiografia ir além da ficção é a utilização contínua da interdisciplinaridade, que Latour (2000) determina como base à todas as ciências, e o compromisso com a verdade disposto por Chartier (2002). Esse compromisso dependente da interdisciplinaridade, é atestado pela ideia de que os historiadores produzem, por meio do senso crítico, os epítetos de verdade em suas narrativas, sendo esses advindos da interpretação dos traços de realidade contidos na fonte, podendo assim tornarem-se agregados em seu produto: narrativa com traços de realidade (Chartier, 2002).

A configuração acima determina o fazer historiográfico, seus objetos de estudo e seus produtos. Cabe pensar que as maneiras como se deram essas questões, se alteraram

no decorrer cronológico. Para se pensar as estratégias atuais da historiografia da cultura e narrativas, é interessante expor seu processamento no tempo.

O filósofo francês Michel Foucault em “As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas” (1999), propôs as bases para o surgimento das ciências humanas. Ele situa a dimensão de que as epistemologias de um dado tempo se articulam de acordo com as necessidades dos indivíduos desse período. Pensando num modelo de derivação, Foucault (1999) compreende que a biologia derivou a psicologia, os conceitos de riquezas proveram a economia e, por fim, a composição literária trouxe à tona a filologia. Essas derivações se deram no século XIX, havendo aí o nascimento do homem como dispositivo biopolítico, conceito construído em sua obra “O nascimento da biopolítica” (2010).

Esse acontecimento sob a óptica de Bruno Latour em “Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede” (2005), pode ser incorporado na Teoria do Ator-Rede (TAR), onde uma malha social interliga todo tipo de elementos que compõe os processos sociais. A partir daí o ser humano passou a ser pensado como objeto de estudo, portanto, houve a possibilidade do surgimento das ciências humanas (Latour, 2005).

Essa configuração engloba a historiografia, embora já tivesse corpo desde a antiguidade grega. Sendo um campo muito antigo, Foucault (1999) entende que, em suas determinações hermenêuticas, ela já havia instrumentalizado estudos de processos em torno dos humanos no tempo. No entanto, o foco incidia sempre nos processos, e não numa análise profunda do indivíduo humano como esses novos campos do século XIX promoviam (Foucault, 1999).

Apesar dessa estruturação, Ricoeur (2007) entende o século XIX como um período de historiografia positivista. Esse modelo, segundo Latour (2000), produzia uma *Whig History*¹. Isso significa uma história baseada apenas na visão dos campões, sendo tal condição reforçada pela ideia de Roger Chartier (2002), de uma escola metódica-positivista utilizando apenas documentos oficiais de estado e centrando-se em um modelo de história política. É possível inferir, por meio de Ginzburg (1989), que os sujeitos desse tempo tinham um interesse semiológico nos documentos estudados, mas não havia profundidade de estudos dos processos sociais em sua completude (Chartier, 2002). A escola positivista é enquadrada por Foucault (1999) como um modelo que contém aspectos teleológicos, pois esse modelo elencava apenas os pontos políticos vitoriosos contidos no documento, uma via de justificar a ideia do “glorioso” presente em que viviam (Foucault, 1999).

Na virada do século XX, um novo formato historiográfico ganhou corpo com a consolidação da escola francesa dos *Annales*. Diante de um modelo pouco crítico e voltado apenas ao político, como era a história positivista, a *École des Annales* busca construir um modelo crítico que pudesse refletir sobre noções econômicas e sociais no decorrer

¹ *Whig History* é uma abordagem da historiografia que apresenta a História como a jornada de um passado opressor e ignorante a um presente glorioso, o historiador britânico Herbert Butterfield cunhou o termo “história Whig” em seu breve, mas influente livro *The Whig Interpretation of History* (BUTTERFIELD, 1931).

do tempo. A categorização de uma historiografia da cultura, aparece nesse período entremeada nesses dois modelos, sendo chamada por Chartier (2002) como história das ideias (Chartier, 2002).

Chartier (2002), fundamentando seu pensamento no historiador Lucien Febvre, entende esse modelo como campo de estudo de um conjunto das formas de pensamento em determinado tempo. A hermenêutica dessa categoria epistemológica era de uma dada realidade social incapaz de ser resumida por meio da ideologia dominante. Nesse período, a ideologia era entendida como fruto das tensões entre grupos, podendo-se pensar em disputas entre cultura dominante e cultura popular (Foucault, 2010). A primeira geração dos *Annales* entendia a cultura derivada do social, de acordo com os limites possibilitados pela realidade social desse contexto (Chartier, 2002).

Na década de 1960 Chartier (2002) determina a historiografia das culturas como uma tradução do que denomina História das Mentalidades. Esse modelo se baseia no estruturalismo e na ideia Durkheimiana do inconsciente coletivo, além de observar como indivíduos formados num dado tempo e contexto possuiriam dispositivos mentais similares (Ricoeur, 2007). A ideia defendida por Chartier parte da premissa de cultura como consequência das posições de classe dentro da sociedade, sendo esse o elemento que agrega as coletividades. Nesse sentido, Chartier (2002) reflete dimensões de uma cultura de elite e outra popular. Mesmo com diferenças culturais entre classes, haveria ainda um construto social que determinaria uma aparelhagem mental comum e semelhante ao todo (Ricoeur, 2007). Ginzburg (1989) entende esse campo como uma tentativa de fazer uma historiografia globalizante.

A partir da década de 1980, a historiografia cultural, então mantida atrelada às metodologias do marxismo e do estruturalismo, entrou em crise. Defronte a pressões externas, questões epistemológicas mudam no decorrer do tempo, em processos de adaptações às necessidades internas do campo, resultando em crises epistemológicas (Foucault, 1999). Ricoeur (2007) entende que a mentalidade é uma boa estratégia para se pensar períodos em aspectos de média e longa duração, entretanto, pensando de uma maneira semiológica indiciária, (Ginzburg, 1989), os detalhes evidenciados em fontes indicavam um cotidiano e questões íntimas à nível dos indivíduos que não eram relatados pela ideia de mentalidade. Daí a necessidade de se expandir fontes, abordagens e metodologias, de maneira que no campo da cultura isso veio a se enquadrar como história das representações, nas metodologias, e, mais recentemente, na área cultural (Chartier, 2002).

A estrutura epistemológica desse modelo, segundo Chartier (2002), é de que o mundo se traduz numa grande congregação de representações. Enquanto no modelo das mentalidades a cultura é construída a partir do social, como se a cultura dominante impusesse condições à cultura popular, no caso das representações esse processo funciona como negociação. Surge o capital cultural que é produto da representação coletiva. Essa

configuração propõe que um dado grupo populacional estudado é determinado por noções coletivas heterogêneas. Esse conglomerado determinará um capital cultural que poderá ser assimilado pelo seu receptor, o indivíduo (Ricoeur, 2007).

A cultura não é dependente da ideia de classe, pois ela ultrapassa esse conceito ao relacionar-se com qualquer código social de determinado tempo. Isso significa que todo tipo de dado social, como classe, religião, escolaridade, gênero, raça e códigos devem ser verificados. Importa pensar em embates socioeconômicos como influenciadores da cultura, embora essa categoria de análise não parta do embate e sim do diálogo (Chartier, 2002).

O indivíduo constitui sua identidade social e se apresenta ao mundo em consonância com a organização de seus códigos sociais. Essa organização depende justamente de que tipo de crédito foi recebido e como ele foi assimilado (Chartier, 2002). A proposição da semiologia indiciária de Ginzburg (1989) foi essencial nessa nova etapa da historiografia cultural. Com um enfoque derivado da cultura alicerçada em embates socioeconômicos e disputas de classe, foi preciso considerar a exploração dos detalhes (Ginzburg, 1989).

Ao se analisar uma fonte, independentemente de quais sejam, seria preciso estar atento a todo tipo de detalhes, pois quaisquer informações podem ser essenciais na constituição dos códigos culturais de um grupo, (Ginzburg, 1989). Quando Ricoeur (2007) determinou o produto da historiografia como sendo uma narrativa com traços de realidade, podemos entender que os detalhes importam, tal qual situa Ginzburg (1989), porém, a melhor significação e interpretação deles provém da interdisciplinaridade, situada por Latour (2000).

Importa pensar as questões geográficas, climáticas, os devidos códigos sociais e todo tipo de detalhe que apareça, para se constituir uma narrativa cultural pautada na representação. Partindo da dimensão do paradigma indiciário de Ginzburg (1989), outra estratégia que tem tido amplo espaço é a proposição da Teoria Ator-rede, de Latour (2005). Essa estratégia metodológica veio à tona na década de 1980 e determina que as relações sociais devem ser pensadas como uma malha. Nesse processo, se estabelece a ideia de simetria, onde os agentes e receptores são tanto humanos, quanto não humanos. Latour (2005) entende qualquer objeto como pertencente a um dado contexto, por isso tem a capacidade de atuar segundo códigos e designações sociais do recorte cronológico que lhe permitiu existência. Portanto, ao historiador da cultura não basta pensar nas representações culturais apenas por meio dos sujeitos vivos, pois é preciso observar os sujeitos não vivos nesse processo (Latour, 2005).

Propostas as condições e meios da historiografia cultural, podemos depreender esse campo epistemológico com uma teoria pautada na ideia de representações, debatida por Chartier (2002). Ou seja, da ideia de identidade social dos indivíduos e de como eles se colocam no mundo de acordo com diferentes periodizações. Esses indivíduos de um tempo são heterogêneos, pois na coletividade em que vivem acabam recebendo um capital cultural próprio, de acordo com limites da representação coletiva. O percurso de um historiador da

cultura para apreender melhor os traços desses indivíduos, se caracteriza no que propõe Ginzburg (1989) com a semiologia indiciária, e Latour (2005) com a Teoria do Ator-Rede.

Ambas teorias cooperam simultaneamente, pois, por um lado o máximo de evidências devem ser buscadas para se compor o recorte estudado, portanto importam os sinais, os sintomas e indícios (Ginzburg, 1989). Se importa todo tipo de indício, significa que tudo aquilo que se relaciona na malha de relações sociais com o objeto central, possui traços desse objeto e é relevante de ser estudado. Os elementos da malha deixam marcas entre si, portanto cabe ao historiador analisar os detalhes que compõe o objeto para se extrair deles as evidências cabíveis à problemática (Latour, 2000).

As estratégias evidenciadas são organizadas e arquitetadas na ação historiográfica ao se determinar a volta aos arquivos na década de 1980, como explica Chartier (2002). O historiador se colocou em condições de buscar os indícios para poder responder uma problemática (Ginzburg, 1989). Com as evidências correspondentes à problemática enunciada, encontradas no documento, cabe ao historiador utilizar a interdisciplinaridade e estratégias metodológicas para compor as representações desse dado período, como o uso do modelo Ator-Rede de Latour (2000). A última etapa é a produção da narrativa com epítetos de verdade, edificada por meio dos resultados obtidos e de metodologias validadas pelo contexto de sua produção, como situa Foucault (1999).

O PROBLEMA DO ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO E AS METODOLOGIAS PARA O ESTUDO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

Indo contra os conceitos fixos sobre o objeto História da África, problematizando a história estrutural, as possibilidades de aplicação das teorias e metodologias tradicionais europeias para o ensino de História da África podem ser problemáticas. Para pensar sobre, usaremos como base o artigo intitulado “História da África e intervenção epistemológica” do pesquisador Marcelo Pagliosa Carvalho, pois, para ele, essa discussão é uma iniciativa valiosa para criticar o eurocentrismo presente nos currículos escolares brasileiros (Carvalho, 2020), evidenciando a necessidade de combater os estereótipos comuns quando se fala das histórias dos povos africanos.

De acordo com Carvalho (2020), pelo óbvio, a África possui uma história, no entanto, está excluída das versões eurocêntrica ou estereotipada (Ki-Zerbo, 2010)

A história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos [...] Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana (KI-ZERBO, 2010, p. 52).

O historiador e político Joseph Ki-Zerbo em sua obra “História Geral da África I: metodologia e pré-história da África” apresenta a imensa riqueza cultural, simbólica, geográfica e tecnológica subtraída da África e que pode nos ajudar a compreender o papel

dos povos africanos na formação da sociedade brasileira (Ki-Zerbo, 2010; Carvalho, 2020), além do mais, a obra de Ki-Zerbo é considerada um marco para o estudo da História do continente africano.

Hoje é sabido que, após muitos anos de luta e persistência, ocorrem intervenções pedagógicas na formação dos professores na intenção de retratar a importância do continente africano no estudo e ensino de História, considerando essa uma realidade inovadora (Felipe, 2021). Por muito tempo, especialistas não africanos, apoiados e ligados a fundamentos epistemológicos, afirmavam que as sociedades africanas “não podiam ser objeto de um estudo específico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos” (Carvalho, 2020, p. 4).

O historiador Delton Aparecido Felipe (2021) ao propor e discutir estratégias para a formação docente e ensino de História da África na Educação Básica no evento chamado “História da África e do povo negro no Brasil”, apontou possibilidades para trabalhar temáticas relacionadas aos povos africanos, pois, para ele, essa movimentação é crucial para compreender os múltiplos saberes constituintes da cultura brasileira (Felipe, 2021). Um dos temas sugeridos é a respeito às dinâmicas internas do continente e as relações com outros povos ocorridos dentro do território africano (Souza e Felipe, 2019; Felipe, 2021).

O estudo da História da África implica a compreensão de diferentes regiões componentes do continente, além do mais, foram muitas as dinâmicas e mutações ocorridas no interior dos países africanos, contando com a presença de povos orientais, europeus e americanos (Felipe, 2021). É em função dessa multiplicidade de vivências históricas ocorridas em um mesmo espaço que os autores Souza e Felipe (2019) utilizam o termo ‘Áfricas’ para se referir ao continente africano.

A intenção de Ki-Zerbo não foi de escrever uma história-revanche, pelo contrário, seu objetivo, como ele descreve, é mostrar os interesses envolvidos no ocultamento da verdadeira história da África e a importância de uma recuperação de memória em uma reescrita dinâmica (Carvalho, 2020). De acordo com o pesquisador senegalês M. Amadou-Mahtar M’Bow, no Prefácio de “História Geral da África” essa história foi escondida do mundo por meio da criação de mitos e preconceitos, (M’Bow, 2010).

Para M’Bow (2010) a Ilíada e a Odisseia foram devidamente consideradas como fontes para a História da Grécia antiga, mas, por outro lado, negaram o valor da tradição oral africana, em virtude disso, recorreram a fontes externas sobre a África, oferecendo uma visão do que poderia ter sido e não do que realmente era. Essa narrativa se perpetuou incisivamente, considerando que por muito tempo houve falta de práticas que visem a valorização cultural dentro das instituições, um sintoma da falta de preparo necessário para fazer tal abordagem (Bastos e Polizel, 2022).

Os historiadores ao perceberem que para se compreender o período da Idade Média africano era usado o passado europeu como ponto de referência, se dedicaram a escrever

essa coletânea da edição de Ki-Zerbo para dar atenção a questão da metodologia e do uso das fontes, em busca de enfrentar problemas históricos e historiográficos eurocêntricos (Carvalho, 2020). A primeira problemática é a periodização na Antiguidade africana, uma vez que a noção de Antiguidade não é comparável ao que vigora na história do Ocidente, pois o período “não se encerra com as invasões bárbaras, mas o súbito aparecimento do Islã” (H. Djait, 2010, pp. 79,80, In: Ki-Zerbo, 2010).

Se para Carlo Ginzburg (1989) o historiador pode construir sua narrativa a partir de indícios e sinais, os achados arqueológicos africanos são apoiados em estudos linguísticos e na antropologia, e, com isso, permitem igualmente a análise do historiador de cada vestígio e detalhe para aprofundar a interpretação de dados. Saliendo que, assim como as fontes escritas, os achados arqueológicos e a tradição oral podem ser analisados como fontes, com o apoio de diferentes materiais, em um trabalho interdisciplinar (Ki-Zerbo, 2010). Ou seja, é comprovado o uso dessa metodologia para o estudo da História da África, porém os estudiosos do continente africano preconizam as imagens romantizadas pelas implicações epistemológicas ocidentais (Pinto, 2020).

Acerca das fontes documentais, no que tange a História da África, as fontes narrativas são representadas quase que exclusivamente pelos documentos escritos até o século XII, incluindo a Antiguidade e a primeira Idade Islâmica. A partir do século XII o documento arquivístico começa a aparecer, mas como peças *almoadas*, *fatwas* ou pareceres jurídicos da época haféssida (H. Djait, 2010, In: Ki-Zerbo, 2010). Portanto, é de suma importância realizar uma crítica a historicidade das fontes, pois a História da África conta com “uma diversidade de fontes e de situações sociais” (Carvalho, 2020, p. 6).

De acordo com o historiador Otávio Luiz Vieira Pinto em seu trabalho intitulado “Made in Medieval: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana”, (2020) podemos fazer uso de algumas teorias e estratégias da historiografia tradicional para se pensar nas diversas Áfricas, contudo, tentar enquadrar os espaços africanos na cronologia de uma Idade Média ocidental é exportar um medievalismo acadêmico para uma cultura e povos totalmente diferentes. Afinal, os *Estudos Medievais*² estão restritos à uma cronologia que segue contextos europeus e somente busca estudar e expressar sociedades europeias (Dussel, 2005).

Para se pensar nas metodologias para o estudo da História da África deve ser levado em consideração a tradição oral, pois as civilizações africanas, no Saara e ao Sul, eram da palavra falada, mesmo onde existia a escrita (Ki-Zerbo, 2010). Para um pesquisador trabalhar com tradições orais africanas ele precisa entender a fala não apenas como um meio de comunicação, mas de preservação da sabedoria dos ancestrais, transmitida de uma geração para outra (Vansina, 2010, In: Ki-Zerbo, 2010).

2 De acordo com Otávio Luiz Vieira Pinto (2020) os *Estudos Medievais* têm incorporado em seu DNA o nacionalismo, onde o medieval se torna uma peça chave para a construção de nações, ordenamento de variados passados pós-romanos, para uma exploração e exaltação dos costumes, línguas e práticos romance-germânicos (Pinto, 2020, p. 132).

Para isso, o pesquisador deve lembrar que uma tradição é uma mensagem transmitida, mas nem toda transmissão verbal é uma tradição, por isso deve distinguir entre testemunho ocular - de grande valor, pois os riscos de distorção são menores - do boato - devendo ser excluído, por seguir uma definição do 'ouvir dizer' (Pinto, 2020). Os *poemas*, considerados materiais dotados de uma estrutura específica, incluindo canções, *fórmulas* que incluem provérbios, charadas, orações e genealogias são classificados como fontes fixas, isto é, mais valiosa, com propósito consciente de transmitir informações históricas verossímeis (Vansina, 2010, In: Ki-Zerbo, 2010).

Em função da existência dessas fontes, a História da África não pode se inserir na no ensino de história com um papel secundário, em relação a outros continentes e povos, Se sabemos que existem diferentes contribuições de diferentes culturas na humanidade, que deixaram como herança seus conhecimentos científicos e tecnológicos, precisamos desconstruir a imagem de povos superiores e inferiores (Silvério, 2013). Em busca da memória e identidade africana, discutir sobre o espaço social e geográfico é recuperar e compreender a vida desses agentes históricos, as factuais, os detalhes, os personagens que ali vivem nos ajudam a compreender as dinâmicas sociais internas das diversas culturas africanas, assim como no Brasil (Ki-Zerbo, 2010).

RESULTADOS

A partir do que foi apresentado no primeiro bloco podemos concluir que o as epistemologias e metodologias da historiografia das culturas e das narrativas apresentadas nos permitiu pensar e compreender as estratégias evidenciadas e organizadas na ação historiográfica. Os autores escolhidos fazem parte de propostas e das condições e meios da historiografia cultural atual, de modo que o campo da História faz uso dessas preposições para produzir suas narrativas acadêmicas.

A problemática que girou em torno do não enquadramento dessas epistemologias para o estudo da História da África nos fez perceber que por muito tempo se atribuiu uma série de dificuldades para se trabalhar com a cultura africana. dado a natureza das fontes africanas, que contam com a tradição oral e os entraves linguísticos. Contudo, pesquisadores como Ki-Zerbo e Otavio Pinto, e muitos outros, conseguiram delinear metodologias para a investigação das fontes documentais africanas.

A cronologia da História da África não segue a da porção norte-europeia por diversas razões e esse tipo de comparação deve ser problematizada, pois ao analisar as fontes documentais, espaço geográfico, dinâmicas e interações internas africanas percebemos que é imenso o legado deixado por esses povos. Eles possuem história e o entendimento do conhecimento científico e de suas tecnologias pode auxiliar na construção de novas abordagens ou epistemologias historiográficas para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Beatriz Hokari. POLIZEL, Alexandre Luiz. **A importância de trabalhar a imagem da população negra dentro do ambiente escolar.** Revista Interdisciplinar, Cadernos Cajuína, V.7, N.2, ano 2022. Disponível em :< <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/issue/view/1>>. Acesso em 19 de Jun. 2023.
- CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **História da África e intervenção epistemológica.** Revista Outros Tempos, vol. 17, n. 29, p. 1 - 16. 2020. Disponível em:< <file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+1+-+Artigo+19+-+HIST%C3%93RIA+DA+%C3%A1FRICA+E+INTERVEN%C3%87%C3%83O+EPISTEMOL%C3%93GICA.pdf>>. Acesso em: 13 de Mar. 2023.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CURTIN, P. D. **Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história geral.** In: KI-ZERBO, J. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.
- DUSSEL, E. **Europa, Modernidade e eurocentrismo.** In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25 – 34. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 3 de mai. 2023.
- ELIAS, Norbert. **“Scientific establishments”.** In: ELIAS, Norbert. Scientific establishments and Hierarchies. Orgs. Norbert Elias, H. Martins e R. Whitley (Dordrecht), p. 3 – 69.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1979.
- FELIPE, Delton Aparecido. O ensino de história da África na formação continuada de professores/as da educação básica: temas e encaminhamentos pedagógicos. **Revista Dialogia**, 2021. Disponível em:< <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20219/9259>>. Acesso em: 05 de Abr. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas.** Tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** Edições 70; 1ª edição, 2010.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** Campanha das Letras, Morfologia e história, 1989.
- H. DJAIT. **As fontes escritas anteriores ao século XV.** In: KI-ZERBO, Joseph. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.** Editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** Editora Unesp; 2ª edição, 2000.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: Uma Introdução à teoria do Ator-Rede**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. EDUFBA EDUSC. Salvador – Bauru, 2005.

LEFORT, C. “**Société ‘sans histoire’ et historicité**”, *Cahiers internationaux de sociologie*, XII, 1952; 1978, pp. 30-48.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão, 5ª Edição- Campinas, SP: Editora Unicamp, 1924.

PINTO, Otávio Luiz Vieira Pinto. **Made in Medieval: a ‘exportação’ do medievalismo e a compreensão da História Africana**. *Antíteses, Lodrina*, v.13, n. 26, p. 126-155, jul-dez, 2020. Disponível em:<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/40439>>. Acesso em: 28 de mai. 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [[et al]], Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Apresentação**. In: UNESCO. Síntese da coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI. Brasília, DF: UNESCO; MEC; UFSCar, 2013.

SOUZA, Ana. Paula Herrera; FELIPE, Delton Aparecido. **História da África e do povo negro no Brasil: construção de caminhos pedagógicos**. In: Felipe, Delton Aparecido. (Org.). Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para ensino de história e cultura afro-brasileira. 1ed.Maringá: Mondrian, 2019, v. 1, p. 55-74.